

UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA CRISE ECONOMICA PARA AS CIDADES MÉDIAS BAIANAS

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar em que medida a crise experimentada pela economia brasileira nos anos recentes (2014-2018) impactou o estoque de empregos formais das cidades médias baianas, tomando como referência as informações disponibilizadas na RAIS. A análise registra um mosaico de tendências do comportamento do emprego formal regional baiano fora da RMS, onde ficam as 20 cidades médias baianas. Nestas cidades, estão distribuídos os principais polos produtivos com sua vida societária e seus estoques de trabalho, que apresentaram comportamentos peculiares nas diversas dimensões abordadas que refletem as especificidades de cada um de seus sistemas sociais, gerando redução de custos por exigirem menores salários em época de crise econômica, mas que se caracterizam por maior incerteza dos trabalhadores na busca por sua sobrevivência.

Palavras-chave: Cidades médias; Trabalho; Economia baiana.

1. INTRODUÇÃO

O período que cobre os anos de 2004 a 2013 foi virtuoso para a economia brasileira do ponto de vista do crescimento. Isso porque, em termos médios, ela apresentou uma taxa de expansão da ordem de 4%. Não fosse o resultado que obteve, nesse particular, em 2009 (- 0,5%), ocorrência diretamente ligada à crise financeira internacional detonada no ano imediatamente anterior, a referida média seria ainda maior.

Situação diametralmente oposta a essa passou a ser experienciada pela economia nacional a partir de 2014, momento em que nela se contabilizou uma taxa de crescimento bem diminuta (0,5%), esboçando claramente um viés de queda que viria a se confirmar nos anos posteriores, situação que deu lugar a um fortíssimo processo de recessão econômica, que trouxe impactos deveras significativos sobre a geração de emprego formal. Em verdade, quando é inaugurado esse ciclo mais recente na economia nacional, se interrompe a trajetória de ampliação do seu mercado de trabalho formal, a qual vinha sendo observada, por assim dizer, desde a inauguração do ciclo de crescimento anterior.

Outro ponto de atenção que se deve ter ao se enveredar na discussão dos aludidos efeitos da conjuntura macroeconômica em relação ao mercado de trabalho é que as análises comumente privilegiam as áreas das regiões metropolitanas, bem como a escala estadual. São comparativamente mais escassas as incursões analíticas neste particular que valorizem os mercados de trabalho das Cidades Médias (CM).

É justamente por reconhecer essa relativa lacuna que o presente trabalho tem por objetivo investigar em que medida a crise experimentada pela economia brasileira nos anos recentes (leia-se 2014-2018) impactou o estoque de empregos formais das CM baianas.

Convém sinalizar que metodologicamente serão usados os recursos qualitativos e quantitativos, para se identificar quais eram as CM baianas, usando o estudo lançado por Dias & Araújo (2013, p.15), o qual capta a singularidade das cidades de médio porte na Bahia, para contabilizar as oscilações do estoque de emprego observadas nas ditas CM, tomou-se como referência as informações disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), registro administrativo do Ministério da Economia (ME) A utilização deste expediente se justificou em função dessa ser a fonte de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro mais adequada, tanto do ponto de vista espacial, quanto em termos ocupacionais e setoriais.

Feitas essas ponderações, impõe-se informar agora que se optou por estruturar esta investigação em cinco seções, sendo esta Introdução, a primeira. Na segunda, procura-se investir na compreensão dos elementos que determinaram a crise econômica que se instalou no país, no intervalo que cobre os anos de 2014-2018. Na terceira, são tecidas algumas considerações a respeito do conceito de CM, da importância que eles têm na estrutura da rede urbana nacional. Na quarta, se envereda para a análise da dinâmica do mercado de trabalho formal, das aludidas cidades, para na quinta, deixar as Considerações Finais.

2. CRISE ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

Para dar conta do **propósito** desta parte do trabalho é preciso, de saída, ter em mente que o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela identificação das fases do ciclo econômico no Brasil, deliberou que a economia brasileira entrou em recessão no segundo trimestre de 2014, condição essa que se estendeu até o último trimestre de 2016. Embora tenha se livrado tecnicamente dessa condição, nos anos que se seguiram a economia nacional não apresentou uma dinâmica favorável do ponto de vista do crescimento, fato que se fez acompanhar, como esperado, da elevação dos níveis de desemprego.

Conforme indicam Dweck & Teixeira (2017), há duas visões diametralmente opostas que procuram os elementos que justifiquem a ocorrência da referida crise econômica. Embora antagônicas, elas partem da discussão do mesmo objeto, qual seja, o manejo da política fiscal.

Uma primeira visão é defendida pelos economistas de viés liberal. Para este grupo, as razões para o detonar dessa fase recessiva, que se fez alusão anteriormente, se originaram durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2011-2014) e estão subscritos naquilo que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica (NME).

Pode-se dizer, em termos sintéticos, que tal matriz procurou conjugar iniciativas de intervenção governamental que passavam pela adoção de uma fiscal expansionista, com controles de preços; controles cambiais; subsídios e maior tolerância com a inflação. Na opinião de Barbosa Filho (2015), o excesso de intervencionismo estatal e o progressivo desmonte do chamado tripé da política macroeconômica (regime de metas de inflação, meta fiscal de superávit primário e regime de câmbio flutuante) explicam a configuração desse quadro recessivo que se instalou na economia nacional.

Ainda de acordo com o relato de Dweck & Teixeira (2017), também se alinhavam a essa primeira linha de interpretação os assim chamados “Novos Desenvolvimentistas”, os quais, além de estarem alinhados com essa perspectiva da ganância, no sentido de

condená-la, vaticinavam que haviam outros fatores que concorreram para deterioração da dinâmica econômica brasileira no período em foco. Segundo Oreiro (2017) e Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi (2016), economistas que integram este grupo, o mais preponderante deles era indubitavelmente a regressão da estrutura produtiva, decorrente sobretudo do processo de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora nacional. Adicionalmente, esses últimos economistas também são categóricos ao apontar as taxas de juros elevadas e a apreciação da taxa de câmbio como ingredientes que concorreram para deflagração da referida crise econômica.

Em oposição a linha de argumentação anterior, os economistas heterodoxos defendiam a tese que as reversões contraditórias do governo Dilma na política fiscal influenciadas por ideias ortodoxas do ministro Joaquim Levy, desaceleraram os gastos e os investimentos públicos, retirando, naquele momento, um impulso fundamental ao modelo de crescimento econômico em voga até aquela oportunidade, mergulhando a economia na crise atual. Pode-se dizer, em linhas gerais, que entre os integrantes desse segundo grupo de economistas, consolidou-se o ponto de vista contra argumentativo de que a origem da crise não estaria propriamente na elevação dos gastos públicos, mas sim numa alteração substantiva da sua composição.

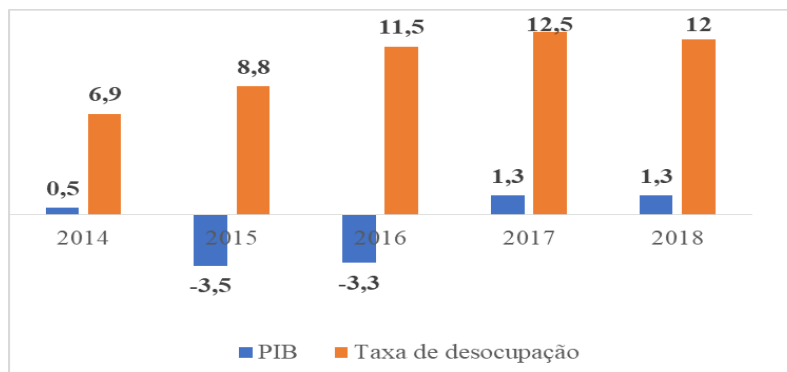
Em termos mais precisos, economistas como Serrano & Summa (2015), ponderavam que no governo Dilma a desaceleração dos investimentos públicos combinado com o aumento das desonerações fiscais e subsídios, revelou-se uma estratégia equivocada para manter a economia do país na rota do crescimento. Seguindo a letra desses economistas, a razão desse insucesso deriva do fato de que este tipo de manejo da política fiscal não tem a capacidade de gerar efeito multiplicador tão substantivo quanto aquele ocasionado por gastos realizados no plano social, bem como daqueles decorrentes do investimento.

Disputas teóricas a parte, o fato é que a economia nacional simplesmente mergulha em grave crise a partir de 2015, momento em que registra uma taxa de crescimento da ordem de menos 3,5%. Essa performance negativa voltou a se repetir no ano seguinte, quando o PIB decresceu 3,3%. Nos anos imediatamente posteriores, embora tal economia reencontre o caminho do crescimento, este se mostra tímido, já que se situou no patamar de 1,3% tanto em 2017 quanto em 2018 (Gráfico 1).

Em uma conjuntura como essa, não causa surpresa que o mercado de trabalho nacional passasse a experimentar uma nova dinâmica em termos do seu modo de operação e funcionamento, situação essa que se expressa na elevação das taxas de desemprego, na redução dos rendimentos dos trabalhadores e na compressão do número de postos de trabalho no mercado formal.

No que tange especificamente a taxa de desemprego, constatou-se, tomando como base as informações produzidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), um forte movimento de elevação, dado que ela saiu de um patamar de 6,9%, em 2014, atingiu um ápice (12,5%), em 2017, e logo na sequência, esboçou um certo recuo indo para a casa de 12,0%. Traduzindo essa realidade para valores absolutos tem-se que o contingente de desempregados no país cresceu de modo abrupto neste intervalo de tempo, posto que se saiu, no primeiro ano dessa série, de uma realidade na qual eram contabilizados cerca de 6,8 milhões de pessoas nessa condição, para uma outra, no seu final, em que tal contingente chegou em 12,6 milhões de trabalhadores (PNADC, 2018).

Gráfico 1 – Evolução do PIB e da taxa de desocupação, Brasil, 2014-2018.



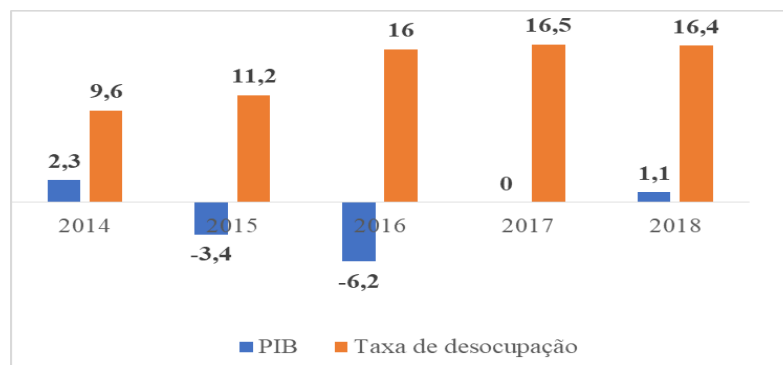
Fonte: IBGE – Contas Nacionais/ PNADC (2018).

Em relação, nomeadamente, ao comportamento do rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, o que se viu foi a conformação do seguinte quadro: saiu, em 2014, do patamar de R\$ 2.218 para outro, em 2018, em que tal rendimento atingiu a cifra de R\$ 2.163, movimentação essa que correspondeu a uma variação de 2,48% (PNADC, 2018). Já no tocante, expressamente, ao comportamento do emprego formal, as estatísticas disponibilizadas pela RAIS/ME (2018) sinalizam uma regressão importante, uma vez que se contabilizava, em 2014, cerca de 49.571.510 postos de trabalho nessa condição, e, em 2018, se apurou um contingente 5,9% inferior, da ordem de 46.631.115 postos. É evidente que o arranjo desse cenário não reverberou de maneira homogênea nas economias subnacionais.

Isso porque, se num primeiro momento, em 2015, tal estado espelhou de modo quase que *ipsis litteris* o resultado observado no plano nacional, registrando uma taxa de crescimento de -3,4%, nos dois anos imediatamente seguintes, a economia de tal estado se descolou completamente do produto nacional, pelo menos naquilo que se refere à intensidade dos movimentos. De modo preciso, a economia baiana contabilizou, em 2016, uma taxa de crescimento da ordem de -6,2%, número esse que era quase o dobro da taxa nacional. Já em 2017, a referida economia estadual apurou crescimento nulo (0,4%), não acompanhando, portanto, a direção da gradual recuperação nacional. Essas economias só voltam a realinhar seus níveis de crescimento em 2018, momento em que a produção de riqueza material na Bahia se elevou em 1,1% (SEI, 2020).

O enfrentamento desse quadro reverberou negativamente no mercado de trabalho baiano, haja vista que, assim como constatado na esfera nacional, as taxas de desocupação, no intervalo de tempo em foco, se movimentaram no sentido altista, já que saiu da casa de 9,6%, em 2014, avançando sistematicamente até atingir um pico em 2017, da ordem de 16,5%, mantendo-se praticamente estagnada em 2018, no nível de 16,4% (PNADC, 2018) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução do PIB e da taxa de desocupação, Bahia, 2014-2018.



Fonte: IBGE – Contas Nacionais/PNAD Continua (2018).

Uma análise criteriosa e pormenorizada de todo esse conjunto de informações, traz à baila um achado deveras curioso e intrigante, qual seja: embora a economia baiana tenha sido mais duramente afetada pela crise econômica, as suas taxas de desocupação não cresceram tanto quanto aquelas que foram medidas para o país como um todo. Comparando-se os valores apurados para esse indicador, no início da série em destaque, com os do seu final, tanto para o Brasil quanto para a Bahia, vê-se que ele cresceu cerca de 73,9% nessa primeira espacialização e 70,8%, na segunda. Tal ocorrência provocou uma aproximação acanhada das referidas taxas nesses dois espaços. Com efeito, saiu-se de um quadro em que a taxa medida na Bahia era 39,1% maior que sua congênere nacional, em 2014, para outro, em que essa superioridade se situava no patamar de 36,7%.

Acentue-se também que nessa última paragem os trabalhadores se viram fragilizados em função de uma queda quase que sistemática dos seus rendimentos no intervalo que cobre os anos de 2014 a 2018, exceção feita apenas a 2017, período esse em que ele inexplicavelmente se eleva, contrapondo-se ao que fora observado na cena nacional. O ano mais crítico nesse particular na Bahia foi, patentemente, 2016, posto que nele se contabilizou o mais baixo valor (R\$ 1.360) em termos do rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Não por acaso, o ano de maior baque na dinâmica da economia baiana na sua história recente. Fato é que no comparativo dos anos que estão nas bordas da aludida série se constata uma baixa do referido rendimento da ordem de 3,47%, valor esse que era cerca de um ponto percentual superior ao medido no país como um todo, conforme apontado anteriormente.

Para não fugir à regra, o mercado de trabalho formal baiano não passou evidentemente ileso à hecatombe que pairou sob sua economia no período em apreço, acusando, portanto, com requintes de dramaticidade a difícil realidade econômica na qual o país submergiu. Assim como se fez antes, basta recorrer às informações disponibilizadas pela RAIS/ME para constatar que o supracitado mercado de trabalho sentiu mais duramente os efeitos dessa dinâmica de crise, uma vez que viu seu estoque de emprego formal se encolher em 4,7%, já que retinha 2.372.583 trabalhadores formais, em 2014, e passou a confinar, em 2018, 2.261.558.

3. CONTEXTUALIZANDO O LUGAR DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS

Depois de se ter esboçado o panorama acerca do comportamento das economias brasileira e baiana, buscando aferir os rebatimentos da crise econômica por elas experienciada, no período recente, sobre os seus respectivos mercados de trabalho, cabe agora enveredar na direção de identificar quais são as CM baianas.

Antes, contudo, por uma questão de prudência, se entendeu como benfazejo chamar a atenção para certos aspectos metodológicos e conceituais que estão contidos nos debates travados pelos pesquisadores das mais diferentes áreas do saber que têm esse tipo de cidade como objeto de estudo. Seguindo nessa toada, impõe-se, de pronto, pontuar que essa designação de “média”, inescapavelmente remete a uma questão de grandeza, situação essa que sempre coloca cidades dessa natureza em uma posição intermediária, estando exatamente entre aquelas que são adjetivadas como pequenas e grandes. Como muito bem esclarece Maia (2010, p. 18),

[...] Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (Maia, 2010).

Críticas importantes e bem fundamentadas podem ser dirigidas aos estudos que, porventura, se valham exclusivamente desse expediente metodológico para determinar, nos mais diferentes contextos, quais cidades podem ser enquadradas como médias. Esse tipo de conduta, não se pode negar, faz enorme sentido, especialmente quando se pensa no quadro de desigualdade regional que impera no Bro que tange, por exemplo, aos produtos e serviços ofertados nas CM localizadas nas regiões Sul e Sudeste, daqueles disponibilizados neste mesmo tipo de cidade nas regiões Norte e Nordeste, as quais, como se sabe, por serem menos desenvolvidas socioeconomicamente, apresentam estruturas, neste particular, menos diversificadas e sofisticadas (Souza, 2003).

Uma vez atentos a essas idiosincrasias, pode-se partir para explicitar os elementos que integram a abordagem metodológica que permitiu que Dias & Souza (2013) identificassem o conjunto de cidades baianas que poderiam levar a alcunha de média. Neste trabalho, elas admitiram que tais cidades deveriam obedecer os seguintes parâmetros: “(i) registrar população oscilando entre 40 mil e 500 mil habitantes¹, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2010; (ii) não estar localizada na RMS e (iii) se apresentar na condição de capital regional ou centro sub-regional de acordo com o Regic², de 2007” (Dias & Souza, 2013, p.15).

Quando respeitaram a ocorrência irrestrita e concomitante de todos esses parâmetros, elas chegaram ao grupo de CM indicado na Tabela 1³. Vale destacar que esse conjunto de cidades representa tão somente 4,8% do total de cidades existentes no referido estado (417).

Essa diminuta participação relativa guarda estreita relação com o processo de desenvolvimento socioeconômico do território baiano, que desde tempos imemoriais esteve fortemente centrado na sua capital.

Tabela 1 - Cidades médias baianas, 2010.

População				
Cidade	Total	Urbana	Sede	Rural
Capital Regional				
Vitória da Conquista	306.866	274.739	260.260	32.127
Itabuna	204.667	199.643	199.643	5.024
Juazeiro	197.965	160.775	151.775	371.190
Ilhéus	184.236	155.281	148.557	28.955
Barreiras	137.427	123.741	123.741	13.686
Capital Sub-Regional				
Jequié	151.895	139.426	136.470	12.469
Teixeira de Freitas	138.341	129.263	128.482	9.078
Alagoinhas	141.949	124.042	122.281	17.907
Eunápolis	100.196	93.413	93.413	6.783
Paulo Afonso	108.396	93.404	93.404	14.992
Santo Antônio de Jesus	90.985	79.299	79.299	11.686
Valença	88.673	64.368	59.476	24.305
Irecê	66.181	61.019	58.350	5.162
Guanambi	78.833	62.565	58.111	16.268
Senhor do Bonfim	74.419	57.566	49.975	16.853
Cruz das Almas	58.606	49.885	49.885	8.721
Itaberaba	61.631	48.485	48.485	13.146
Jacobina	79.247	55.868	47.587	23.379
Brumado	64.602	45.131	43.955	19.471
Bom Jesus da Lapa	63.480	43.099	41.555	20.381

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nunca é demais lembrar que Salvador ocupou, entre 1549 e 1763, o posto de primeira capital do Império português no Brasil, condição essa que lhe dava toda a sorte de primazia. Já no século passado, esse protagonismo da capital da Bahia, volta a se renovar, pois é justamente para alguns dos municípios do seu entorno que afluem parte considerável dos investimentos industriais, de origem federal, destinados a mudar a feição da economia estadual. De modo mais preciso, pode-se mencionar certas ocorrências que modificaram o seu quadro de estagnação, com repercussões socioeconômicas, urbanas e regionais, tais como: a construção da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde; em 1950; do Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho, em 1967; e a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978, todos na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Como muito bem informa Spinola (2003), *pari passu* a essa movimentação, verificou-se, por conta da atividade de planejamento que se implantara no estado da Bahia, no governo de Antônio Balbino (1955-1959), um esforço para dinamizar outros rincões espalhados pelo território baiano. Foi, pois, na esteira desse processo que se teve a implantação, a partir de 1973, de distritos industriais nas seguintes cidades: Ilhéus; Vitória da Conquista; Juazeiro e Jequié.

Acredita-se que o predomínio de Salvador, como mencionado anteriormente, em relação aos demais municípios do estado, acabou por inibir o surgimento de outras centralidades no seu interior, que comportassem contingentes populacionais mais robustos e dinâmicas econômicas expressivas.

Esse cenário é perfeitamente retratado, por exemplo, para a relativa escassez de CM na região do Semiárido, faixa territorial essa que, quando vista em sua totalidade, ocupa uma área de 446.021 km², equivalente a 78,6% do espaço baiano, abrigava, em 2010, 6.726.506 habitantes - número este que representava cerca de 48% da população baiana -, e que se distingue por não possuir grande capacidade de reter e atrair indivíduos, dadas notadamente as condições socioeconômicas que nela imperam, as quais podem, de alguma sorte, serem sintetizadas em um IDH médio para os seus municípios da ordem de 0,584, patamar esse bem mais baixo do que o registrado para a Bahia (0,660).

Em termos muito objetivos, das 265 cidades que integram o Semiárido baiano, apenas 4,2% delas podem ser consideradas como médias levando-se em consideração os critérios aos quais se recorreu para se determinar esse tipo de cidade no âmbito desta investigação. Transformando esse percentual para valor absoluto tem-se que apenas onze cidades podem ser designadas dessa maneira (Vitória da Conquista, Juazeiro, Jequié, Paulo Afonso, Irecê,

Guanambi, Senhor do Bonfim, Itaberaba, Brumado, Jacobina e Bom Jesus da Lapa⁴). Destaque-se que quase todas elas têm em comum o fato de possuírem economias muito fortemente concentradas no setor de Serviços, comandadas preponderantemente pelas atividades desenvolvidas no espectro da Administração Pública e secundadas por aquelas levadas a termo na esfera do Comércio. Apenas quem foge e/ou escapa dessa “regra” são as cidades de Paulo Afonso e Brumado, cujas economias têm na **Indústria** a sua principal força motriz, coadjuvada pelo setor de Serviços. Enfatize-se que o setor Industrial apresenta relativo ímpeto também em Jacobina.

Investindo-se um pouco mais na análise das informações, convém destacar que 40% das CM que ela contempla localizam-se precisamente na faixa litorânea do estado, a saber: Itabuna, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Eunápolis, Santo Antônio de Jesus, Valença e Cruz das Almas. Muito embora esses também sejam lugares nos quais a dinâmica econômica seja mobilizada primordialmente pelas atividades conduzidas no setor de

Serviços, com expressiva participação da Administração Pública e do Comércio, também merece destaque, em alguns deles, aquelas originadas pela Indústria.

Adicionalmente, é importante trazer à baila que fora dos eixos do Semiárido e do Litoral há tão somente uma CM, localizada no Oeste baiano, que é Barreiras, a qual apesar de também ter os Serviços como sua fonte mais importante de geração de riqueza, notabiliza-se por abrigar atividades ligadas à Agropecuária que dinamizam por demais a sua economia, destacando-se inclusive no plano estadual como um celeiro de produção de grãos. Os dados colhidos até aqui revelam-se dramático quando se pensa nas possibilidades de desenvolvimento de um estado como a Bahia, com seus 564.831 km², que ocupa 6,6% do território brasileiro, dividido em 417 municípios, grande parte deles marcada por uma realidade socioeconômica bastante desfavorável. Diante do que foi apresentado para as aludidas CM, não é preciso de grande esforço cognitivo para que se possa vaticinar que a sua base produtiva é pouco diversificada e concentrada espacialmente.

Uma estatística eloquente que evidencia de maneira categórica esse panorama e que reforça aquilo que foi descrito para as aludidas CM, diz respeito ao fato de que 69,5% dos municípios baianos (290 municípios) têm mais de 50,0% do setor de Serviços na Administração Pública. Este é um indicativo muito forte de que padecem da falta de estruturas que garantam o fornecimento de um conjunto de serviços (financeiros, educação, saúde, transporte, etc.) que são importantíssimos quando se pensa no fortalecimento de uma rede urbana, pensada aqui sinteticamente como sendo a interligação que se estabelece entre as cidades devido a movimentação de pessoas.

A prevalência desse desenho de vicissitude da rede urbana no plano estadual reforça decisivamente o papel de centralidade exercido pelas CM aqui listadas, especialmente quando se tem como pano de fundo que suas sedes concentravam, conjuntamente, em 2010, 14,23% da população e os municípios que as acolhia respondiam, agregadamente, por 17,96% do PIB da Bahia, em 2017. Tamanha importância demográfica e econômica vem sendo paulatinamente galvanizada ao longo do tempo, sendo que nas últimas duas décadas elas tomaram novo impulso em face do processo de desconcentração dos negócios que tal estado vem sendo palco, não sendo sem razão, portanto, que consigam, como se verá na sequência, “escapar” dos efeitos colaterais adversos detonados por crises econômicas, como aquela que se fez referência na seção anterior, facultado aos seus respectivos mercados de trabalho, em não raros casos, a possibilidade de se expandirem, situação essa que é radicalmente oposta ao que prevalece em áreas com economias, por assim dizer, já saturadas.

Tendo em vista que já se sabe quais são as CM baianas, é chegado o momento de descortinar como os seus respectivos mercados de trabalho formais foram impactados pela crise econômica que imperou no Brasil no intervalo que cobre os anos de 2014 e 2018. Destarte, cabe comentar de saída que, de uma forma geral, essas cidades esboçaram um comportamento neste particular que caminhou em sentido contrário àqueles que foram averiguados nos planos das economias brasileira e baiana. De modo mais preciso, apurou-se para este conjunto de cidades uma realidade que evidencia um discreto crescimento do estoque de emprego formal, da ordem de 0,60% (Tabela 2), ao passo que, conforme já destacado anteriormente, nas escalas nacional e estadual estas variações tenham atingido, respectivamente, os patamares de - 5,9 % e -4,7%.

Deve-se ter muito cuidado para não se fazer uma leitura afobada deste quadro que foi retratado para o conjunto das CM baianas, admitindo que ele derivou da ocorrência de fatores endógenos e, portanto, completamente alheios e descolados das circunstâncias e dos condicionantes impostos pela dinâmica da econômica nacional. Uma evidência clara de que tal suposição não se sustenta é encontrada quando se observa a evolução do número

de estabelecimentos que empregavam trabalhadores formais nas referidas paragens no período 2014-2018.

Neste quesito, o que se viu foi uma redução quase que integralmente paulatina e sistemática no contingente de tais estabelecimentos. No comparativo que mais interessa a

este trabalho, vislumbra-se que, entre os anos extremos dessa série, houve uma diminuição de 2,28% desse quantitativo (Gráfico 3), situação essa que expressa, de maneira cabal, que tais cidades não se livraram dos inconvenientes provocados pela crise econômica que as economias brasileira e baiana vivenciam, e que as fazem experimentar um contexto muito similar a esse, já que contabilizaram, respectivamente, quedas de 2,12% e 0,81%, nos seus contingentes de estabelecimentos.

Outrossim, é preciso que se diga também que a um tanto quanto inusitada dilatação do estoque de emprego formal nas CM, que se fez menção, não resulta, em absoluto, de uma situação homogênea no que diz respeito ao comportamento do estoque de emprego formal neste período de crise econômica. Uma análise detalhada das informações contidas na Tabela 2 mostra que apenas 60% das cidades relacionadas apresentaram resultados positivos em termos de variação do estoque de emprego.

Tabela 2 - Evolução do estoque de emprego formal e variação percentual, Cidades Médias da Bahia, 2014-2018.

Município	2014	2015	2016	2017	2018	Var. % 2014/2018
Alagoinhas	25.637	24.492	23.493	23.507	25.755	0,46
Barreiras	29.743	30.171	26.164	28.555	29.778	0,12
Bom Jesus da Lapa	7.157	7.691	7.423	7.746	7.691	7,46
Brumado	12.684	12.378	13.152	13.299	13.503	6,46
Cruz das Almas	11.952	11.600	11.142	11.354	11.175	-6,50
Eunápolis	21.082	21.333	21.126	21.607	21.640	2,65
Guanambi	11.541	11.717	10.502	10.817	11.517	-0,21
Ilhéus	33.425	32.933	31.304	31.946	32.025	-4,19
Irecê	10.523	10.618	10.088	10.948	11.710	11,28
Itaberaba	8.487	8.727	8.712	9.670	9.003	6,08
Itabuna	41.850	40.551	39.860	42.332	41.556	-0,70
Jacobina	9.689	10.027	9.889	10.459	10.960	13,12
Jequié	25.141	23.765	22.883	23.471	23.181	-7,80
Juazeiro	34.614	32.886	34.053	36.101	36.279	4,81
Paulo Afonso	14.398	14.450	14.043	14.700	15.110	4,95
Santo Antônio de Jesus	22.558	22.404	21.476	20.723	21.460	-4,87
Senhor do Bonfim	8.991	8.284	7.416	7.627	8.095	-9,97
Teixeira de Freitas	25.589	24.371	22.877	24.636	24.969	-2,42
Valença	10.916	11.315	10.772	10.603	11.629	6,53
Vitória da Conquista	69.347	68.034	66.792	68.186	70.879	2,21
Total	435.324	427.747	413.167	428.287	437.915	0,60

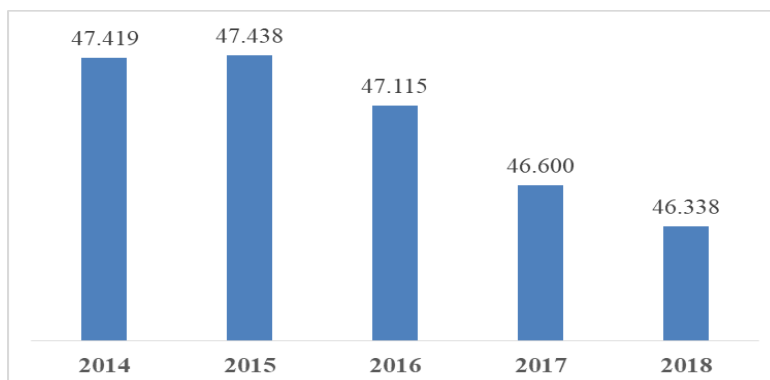
Fonte: Secretaria do Trabalho e Emprego, Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014-2018.

Enfatize-se que dentro deste grupo de 12 cidades que se sobressaíram na expansão do estoque de emprego, curiosamente, as melhores performances, que dizem respeito, neste estudo, àquelas nas quais se aferiu uma variação do estoque de emprego superior a

6%, ficaram por conta, quase que exclusivamente, daquelas que estão localizadas na fração territorial da Bahia menos desenvolvida socioeconomicamente, que é a região do semiárido – nomeadamente Jacobina (13,12%), Irecê (11,28), Bom Jesus da Lapa (7,46%), Brumado (6,46%) e Itaberaba (6,08%) -, e que ocupavam na trama urbana estadual, de acordo com o Regic (2007), as condições de Centros Sub-regionais A e/ou B.

Esse último achado deve ser assimilado com bastante parcimônia, posto que ele traz consigo, nas entrelinhas, a falsa ideia de que o citado grupo composto por 12 **CM** passou incólume aos dessabores provocados pela crise econômica que foi esmiuçada na seção 1 desta investigação, não experimentando, portanto, nenhum contratempo na evolução do estoque de emprego formal nos seus respectivos mercados de trabalho. Definitivamente, este não foi o panorama que prevaleceu. Para perceber isso, basta realizar um escrutínio ainda maior nas informações presentes na Tabela 2. Ao se investir nessa tarefa, se constata que, em maior ou menor medida, em algum momento, no intervalo que cobre os anos de 2014 a 2018, essas CM também foram palco de alguma evolução negativa, mesmo que discretíssima, dos seus estoques de empregos formais. Registre-se, neste ponto, que movimento semelhante foi apurado para as CM que, no comparativo dos anos extremos da série em questão, contabilizaram redução nos seus respectivos estoques de empregos formais.

Gráfico 3 – Evolução do número de estabelecimentos formais e variação percentual, Cidades Médias da Bahia, 2014-2018.



Fonte: Secretaria do Trabalho e Emprego, Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014-2018.

Impõem-se, na esteira dessa argumentação, conter o ímpeto para não se chegar a pontos de vista que não correspondem à verdade dos fatos. Assim sendo, não dá para cravar que as cidades situadas exclusivamente no Semiárido, todas elas consideradas Centros Sub-regionais A e/ou B, acabaram por não sentir os efeitos colaterais da crise econômica do período em foco. Em que pese o destaque que tiveram algumas **CM** localizadas na aludida região no sentido de expandir os seus estoques de empregos formais no comparativo dos anos 2014/2018, outras cidades congêneres computaram resultados diametralmente opostos, casos, por exemplo, de Senhor do Bonfim e Jequié, locais em que tal indicador se contraiu em, respectivamente, 9,97% e 7,8%.

Outra coisa que salta aos olhos ao se fazer uma leitura criteriosa das informações que constam da Tabela 2 é que o conjunto das **CM** baianas acabou por incrementar, no comparativo 2014/2018, a sua participação relativa no estoque de emprego estadual, contexto esse que reforça e dá ainda mais sentido e veracidade à tese da desconcentração das atividades econômicas no seio da economia baiana. Quando são feitas as contas, se

chega a um resultado em que se saiu, em 2014, de um contexto no qual essa participação se situava na casa de 18,53% para outro, em 2018, em que ela se encontrava no patamar de 19,56%, o que significava que praticamente 1 em cada 5 postos de trabalhos formais existentes na Bahia pertenciam ao mencionado agregado de cidades.

Especula-se aqui que não fosse o resultado desuniforme, nesse particular, das CM classificadas como Capitais Regionais, essa participação poderia ter se ampliado ainda mais, já que elas concentram funções, relativamente mais importantes *vis a vis* os Centros Sub-regionais, e ajudam a fazer o elo entre a metrópole baiana com as demais regiões, as cidades pequenas e as zonas rurais. Note que enquanto Juazeiro (4,81%), Vitória da Conquista (2,21%) e Barreiras (0,12%) acusaram variações, em graus diferenciados, positivas no que tange ao estoque de emprego, outras duas tradicionais Capitais Regionais, Itabuna (-0,70%) e Ilhéus (- 4,19%) vivenciaram realidades totalmente diferentes.

Com o objetivo de ampliar o escopo desta análise e, portanto, qualificá-la ainda mais, entendeu-se ser profícuo investigar se a mencionada variação de 0,60% do estoque de empregos no conjunto das **CM** no comparativo 2014/2018, impactou da mesma forma os homens ou as mulheres, os trabalhadores mais jovens ou os mais maduros, os menos escolarizados ou aqueles com melhores credenciais educacionais.

Dando o primeiro passo nessa direção, vislumbra-se que enquanto o estoque de empregos entre os homens minguou 1,04%, entre os indivíduos do sexo oposto ele se ampliou em 3,09%. Ao apresentar esses números deve-se ter o cuidado de ponderar que esse movimento não prevaleceu em todas as **CM** indiscriminadamente. Houve, a bem da verdade, cidades em que as oportunidades de emprego se expandiram de modo concomitante para esses dois grupos, bem como aquelas em que tais oportunidades se escassearam simultaneamente tanto para os homens quanto para as mulheres. Para fechar esse leque de possibilidades, não se pode esquecer de mencionar que em duas **CM** (Alagoinhas e Guanambi) as mulheres perderam espaço no mercado de trabalho formal e os homens ganharam.

Dirigindo agora o olhar desta investigação para a questão etária, percebe-se que a variação do estoque de emprego formal verificada nas **CM** baianas no período em tela, sintetizou um processo de eliminação de postos de trabalho ocupados por trabalhadores mais jovens (com idades que atingem no máximo 29 anos) e de criação de oportunidades de emprego para aqueles mais maduros (com idades superiores a 30 anos).

Verdade seja dita, a configuração desse panorama não constitui nenhuma excepcionalidade, posto que o mercado de trabalho formal brasileiro é por assim dizer uma seara mais inóspita para os trabalhadores mais jovens. Talvez, o que se possa supor é que, em meio à citada crise, esse seu traço tenha se acentuado. Os números da RAIS/ME dão concretude e, por via de consequência, corroboram esse ponto de vista, já que apontam uma

dilatação da participação relativa dos trabalhadores acima dos 30 anos em tal mercado, de 67,80% para 72,25%, entre 2014 e 2018.

Quando se fez o exercício de avaliar o comportamento do emprego formal nas CM baianas, no período 2014-2018, segundo a escolaridade dos trabalhadores, constatou-se muito que foram exatamente os trabalhadores menos escolarizados, que não chegaram nem mesmo a completar o ensino médio, que ocuparam os postos de trabalhos formais criados entre os anos extremos do referido intervalo. Só para se ter a dimensão desse fenômeno, registre-se que os dois grupos de trabalhadores que mais se beneficiaram com a tímida expansão do estoque de empregos no comparativo dos anos em foco dizem respeito

justamente aqueles com ensino Fundamental Incompleto (33,15%) e Fundamental Completo (31,55%).

A constatação desse quadro é em boa medida surpreendente por dois motivos. Primeiramente, por sinalizar a ocorrência de um movimento que contraria a tendência geral do mercado de trabalho de ser mais reticente à absorção de trabalhadores com menores credenciais educacionais e de valorizar aqueles com mais anos de estudo. Tanto no país como um todo quanto na Bahia, o que se identificou nesse período foi a elevação da representatividade dos trabalhadores formais mais escolarizados no conjunto do estoque de emprego. Nessa primeira espacialidade, a proporção de trabalhadores com no mínimo o segundo grau completo, saltou de 69,39%, em 2014, para 75,83%, em 2018. Enquanto isso, no aludido estado essas proporções atingiram dimensões ainda mais expressivas, já que se saiu de uma realidade em que esses trabalhadores mais escolarizados respondiam por 75,41% do estoque de emprego e passaram a representar 80,84%. Em segundo lugar por contrariar a lógica contida na ideia de que em momentos de crise econômica, dada a maior disponibilidade de trabalhadores, os empregadores adotam a estratégia de dar preferência à contratação de trabalhadores mais qualificados para postos e funções que não exigem maiores credenciais educacionais (DIEESE, 2018).

Uma maneira de tornar mais completo esse exercício de caracterização da variação dos empregos formais, do qual se vem fazendo alusão, é apontando a lente da análise para outros aspectos como, por exemplo, os grupos ocupacionais e os setores da atividade econômica que foram por ela mais atingidos. Semelhantemente, inclui-se aí também nesse escopo o número, o tamanho e a natureza jurídica dos estabelecimentos que empregavam trabalhadores formais. Seguindo esse diapasão, convém mencionar que a referida variação do emprego expressou uma movimentação na qual seis grupos ocupacionais experimentaram expansão das oportunidades e três vivenciaram realidade adversa a essa.

Efetivamente, os seis grupos ocupacionais que, neste particular, se destacaram positivamente foram, em ordem decrescente: aquele que abriga profissionais das ciências e das artes (13,46%); o que reúne membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público (7,40%); o que junta técnicos de nível médio (4,98%); o que **colige** trabalhadores de serviços administrativos (4,45%); o que engloba trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (1,36%); e o que inclui trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (0,14%). Já em sentido inverso sobressaíram-se os grupos listados na sequência: aquele composto por trabalhadores da produção de bens e serviços industriais I (-9,93%); o que integra trabalhadores da produção de bens e serviços industriais II (-6,70%); e o que é formado por trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca (-1,42%).

Ao se averiguar de que maneira cada setor da atividade econômica contribuiu para que as **CM** baianas contabilizassem, em conjunto, uma tímida elevação do estoque de emprego formal ao se emparelhar as informações da RAIS/ME dos anos de 2014 e 2018, constata-se que dos oito setores contemplados nesta investigação, quatro o fizeram de modo positivo e os outros quatro de forma negativa. Entre os setores que integram o primeiro grupo estão: Serviços industriais de utilidade pública (69,60%); Extrativa mineral (52,09%); Serviços (7,17%) e Administração pública (5,17%). Já no segundo grupo se tem os seguintes setores: Construção civil (-23,09%); Comércio (-5,24%); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-2,59%) e Indústria de transformação (-0,94%).

Vale pontuar que o sentido e a intensidade de tais movimentações trouxeram, por certo, alguma reverberação em termos do peso de cada uma dessas atividades na distribuição do emprego formal no estado. Não por coincidência, todos os setores listados anteriormente como sendo palcos de expansão e/ou retração desse tipo de emprego nas

CM baianas também o foram no plano estadual, mesmo que em diferentes proporções. A única divergência neste particular ficou por conta do setor Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, dado que nas referidas cidades ele encolheu, entre 2014 e 2018, ao passo que no estado como um todo teve sua importância discretamente elevada de 3,78% para 3,98%.

Fornecidas essas estatísticas, impõe-se agora a necessidade de se fazer alguns comentários no sentido de buscar qualificá-las. Destarte, começa-se a dar conta dessa tarefa mencionando que todas elas foram condicionadas e/ou determinadas em boa medida pelos constrangimentos por que passou a economia baiana, movimento esse que, vale a pena destacar mais uma vez, não apenas mimetizou comportamento congênere no âmbito nacional, mas também o amplificou, dado que a referida economia estadual contabilizou um recuo no seu produto ainda mais pronunciado do que aquele que foi apurado para o país, conforme evidenciado na comparação das informações constantes dos Gráficos 1 e 2.

Outra importante observação diz respeito a que as oscilações verificadas em termos de crescimento na economia baiana acabaram, de igual modo, por alterar a contribuição dos seus grandes setores para o PIB. Para atestar isso basta recorrer às informações divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). De acordo com essa instituição, no período que vai de 2014 a 2018, os setores Agropecuário e Industrial tiveram as suas respectivas participações no conjunto da referida economia estadual majoradas, saindo, no primeiro caso, de 7,9% para 8,7%, e no segundo, de 21% para 23,6%. Já o setor de Serviços, por seu turno, carro-chefe dessa economia, como também da do país, experimentou uma diminuição relativa da sua representatividade, posto que encolheu de 71,1% para 67,7%⁵ (SEI, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recessão econômica de 2014-2016 e a crise econômica que a sucedeu e ainda se faz presente no cenário nacional, mas que para os efeitos dessa investigação alcançam até o ano de 2018, não se manifestou de forma semelhante nos espaços subnacionais, em certa medida devido às desigualdades regionais existentes.

O olhar da economia baiana quase que exclusivamente para a sua Região Metropolitana de Salvador-RMS (20% do território estadual) dificulta conhecer o processo de desconcentração da economia que vem ocorrendo fora da RMS, no território em que estão localizadas as 20 cidades médias baianas, as quais cumprem papéis importantes no planejamento espacial de todo estado, com seus 564.831 km² e 417 municípios. Nesse espaço estão distribuídos os principais polos produtivos com sua vida societária e seus estoques de trabalho, e não causa estranheza que 55% das cidades médias se encontrem no semiárido, que representa 78% do espaço baiano (446.021 km²), ainda que no centro deste espaço (e do estado), não haja ainda CM, e esta ausência continue a tornar mais difícil a vida dos baianos que ali residem. Tal evidência oferece ao processo de planejamento baiano a oportunidade de analisar como conjugar esforços para apoiar a emergência de uma CM que possa alavancar o desenvolvimento desse espaço, em benefício de salutar desconcentração regional e dinamização local.

Baseando-se em critérios para além do contingente populacional, segundo a Regic/IBGE as Capitais Regionais detinham juntas, tanto em 2014 quanto em 2018, 48% do estoque de emprego das cidades médias, as quais foram alvo de ações governamentais estaduais para tornar suas economias mais fortes e contribuir com a desconcentração econômica a partir de 1973, além de colaborarem com a maior integração da economia estadual e evitar maiores fugas de recursos para os estados vizinhos.

Já quanto às análises realizadas com base na RAIS/ME, como não poderia deixar de ser, apresentaram comportamentos peculiares nas diversas dimensões abordadas que refletem as especificidades de cada um de seus sistemas sociais, e que no geral revelaram uma certa resistência e resiliência destes ante a crise, diminuindo ou atenuando em alguma medida o impacto sobre o estoque de emprego e os trabalhadores, ainda que a recessão tenha sido bastante deletéria em termos quantitativos e qualitativos em muitos deles. Toma-se como exemplo as perdas na remuneração dos trabalhadores, associadas à diminuição do número de empresas demandantes da força de trabalho, bem como a substituição nos postos de trabalho de empregados com maior escolaridade por outros menos escolarizados, gerando redução de custos por exigirem menores salários em época de crise econômica, mas que se caracterizam por maior incerteza dos trabalhadores na busca por sua sobrevivência.

As informações oferecidas pela RAIS/ME permitiram compor um mosaico de tendências do comportamento do emprego formal regional baiano fora da RMS, tendo as cidades médias como referência para o entendimento e reflexão de sua importância no contexto estadual, que exigem olhar mais dedicado à sua condição e evolução, para trabalhadores e empresários, mas principalmente para o planejamento regional.

REFERENCIAS

1. Almeida, R. B. (1977). Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. In: Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, 5(4), 19-54.
2. Barbosa Filho, F. H. (2015). Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. Conjuntura Econômica, 69(9).
3. Barickman, B. J. (2003). Um Contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
4. Bresser-Pereira, L. C., Oreiro, J. L., & Marconi, N. (2016). *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política do novo desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Elsevier.
5. Dias, P. C., & Araújo, M. M. S. (2013). Notas sobre Cidades Médias: uma proposta para a Bahia. Geo Uerj, 1(24), 285-311.
6. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) (2020). Boletim Emprego em Pauta Número 9. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta9.html>.
7. Dweck, E., Teixeira, R. A (2017). A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Texto para discussão IE/Unicamp, Campinas/SP, n. 303.
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018). Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9470-pib-cresce-0-5-em-2014-chega-a-r-5-8-trilhoes>.
- IBGE (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC). Rio de Janeiro. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>
9. Maia, D. S. (2010). Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: Lopes, D. M. F., Henrique, W. (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI. 13-41.

- 10 . Mariani, C. (1977). Análise do problema econômico baiano. In: Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, 5(4), 55-121.
11. Mattoso, K. (1978). Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec.
12. MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança comercial brasileira (2019). Recuperado de <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>.
13. Oreiro, J. L. (2017). A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. Estudos Avançados, São Paulo, 31(89), 75-88.
14. Pedrão, F. (2007). Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Revista Recôncavos, Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, 1, Ano I, 8-22.
- 15 . RAIS (2020) - Relação Anual de Informações Sociais. Base de dados. Recuperado de http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php.
- 16 . SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2019). Estatísticas dos Municípios Baianos. Recuperado de http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=266 ..
17. Serrano F., & Summa, R. (2015). *Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014*. Center for Economic and Policy Research, ago.
- 18 . Souza, M. J. L (2003). Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- 19 .Spinola, N. D. (2003). Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador. Universidade Salvador – Unifacs/ Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano.